

Sumário

NOTA DO TRADUTOR À 8.ª EDIÇÃO, 7

NOTA DO TRADUTOR À 7.ª EDIÇÃO, 9

NOTA DO AUTOR À 6.ª EDIÇÃO, 11

APRESENTAÇÃO DA 2.ª EDIÇÃO – CEZAR ROBERTO BITENCOURT, 15

APRESENTAÇÃO DA 1.ª EDIÇÃO, 19

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO, 21

PRIMEIRA PARTE

Introdução aos Fundamentos Teóricos da Criminologia

ANTONIO GARCÍA-PABLOS DE MOLINA

Tradução de *Luiz Flávio Gomes, Yellbin Morote García e Davi Tangerino*

Capítulo Primeiro: A Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar. Conceito, método, objeto, sistema e funções da Criminologia, 29

I – A Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, 30

II – O método da Criminologia: empirismo e interdisciplinaridade, 32

III – O objeto da Criminologia: delito, delinquente, vítima e controle social, 63

IV – Funções da Criminologia, 149

V – O sistema da Criminologia, 168

VI – A posição “institucional” da Criminologia, 171

Capítulo Segundo: História do pensamento criminológico. A Consolidação da Criminologia como Ciência: A luta de escolas e as diversas teorias da criminalidade, 174

I – Introdução: a origem da Criminologia “científica”, 174

II – A etapa “pré-científica” da Criminologia, 175

III – A etapa científica da Criminologia, 184

Capítulo Terceiro: A Moderna Criminologia “científica” e os Diversos Modelos Teóricos Explicativos do Delito. Biologia Criminal, Psicologia Criminal e Sociologia Criminal, 202

I – A moderna Criminologia “científica”: modelos teóricos explicativos do comportamento criminal. Biologia Criminal, Psicologia Criminal e Sociologia Criminal, 203

A) Modelos de cunho biológico (“biologicistas”), 219

B) Modelos de cunho psicológico (“psicologicistas”): psicologia, psicopatologia e psicanálise criminal, 243

C) Modelos sociológicos, 297

II – Teoria e práxis criminológica. Reflexão final, 353

Capítulo Quarto: Prevenção do delito no Estado Social e Democrático de Direito, 355

I – A Prevenção do delito no Estado “social” e “democrático” de Direito, 355

II – O conceito de “prevenção” e seus diversos conteúdos, 356

III – Modelos teóricos de prevenção do delito, 359

IV – Segurança pública, segurança privada e gestão pessoal da segurança e a prevenção do delito, 389

V – Análise e avaliação dos principais programas de prevenção do delito, 393

VI – Bases de uma moderna política criminal de prevenção do delito, 407

Capítulo Quinto: Análise criminológica dos diversos modelos e sistemas de reação ao delito, 408

I – Introdução, 408

II – O modelo “dissuasório” clássico, 409

III – O modelo “ressocializador”, 411

IV – O modelo integrador, 437

V – Tendências atuais: o denominado “modelo de segurança cidadã”, 462

Epílogo: Tendências e orientações da moderna Criminologia científica desde a segunda metade do século XX, 468

SEGUNDA PARTE

Introdução às Bases Criminológicas da Lei 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais Criminais

LUIZ FLÁVIO GOMES

Capítulo Primeiro: O modelo consensual brasileiro de Justiça Criminal. Notas aproximativas, 485

I – Da Justiça Criminal conflitiva à Justiça Criminal consensual (espaço de consenso e espaço de conflito), 485

II – O “modelo consensual” como fonte de inspiração da Lei 9.099/95, 487

III – Delimitação legal do “espaço de consenso”: infrações de menor e de médio potencial ofensivo, 488

IV – Os princípios fundamentais do modelo consensual de Justiça Criminal, 489

V – A quebra do modelo político-criminal paleorrepressivo, 494

VI – Breve síntese do “novo paradigma” de Justiça Criminal consensual, 495

VII – As quatro medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95: aplicação imediata e retroativa, 497

VIII – O presente e o futuro do modelo consensual brasileiro de Justiça Criminal, 498

IX – O espaço de consenso como expressão típica do Direito sancionador, 500

Capítulo Segundo: A Vitimologia e o modelo consensual de Justiça Criminal, 502

I – Da perspectiva político-criminal da neutralização ao modelo reparatório de Justiça Criminal, 502

II – A importância da tendência político-criminal que privilegia a reparação dos danos, 504

III – O papel da reparação dos danos nos diversos modelos ou sistemas de reação ao delito, 506

IV – A reparação dos danos na Lei 9.099/95: aproximação à sua disciplina jurídica, 509

V – Natureza jurídica da reparação dos danos na Lei 9.099/95, 512

VII – Conclusões, 512

BIBLIOGRAFIA, 513

Anexo 1, 539

Anexo 2, 545

Anexo 3, 547

OBRAS DOS AUTORES,
549